



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

O COOPERATIVISMO EM TEÓFILO OTONI: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO APRENDER A PRODUZIR – APJ E DA COOPERATIVA DE PRODUTOS E SERVIÇOS SOLIDÁRIOS DOS VALES – COOPVALE

Área Temática: Teoria e Prática da Economia Solidária

Marcela A. Matos¹, Silvia S. Canôas², Rogério F. Macedo³

1 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus de Teófilo Otoni, Teófilo Otoni, MG – marcelinha_matos@hotmail.com

2 Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus de Teófilo Otoni, Teófilo Otoni, MG – scanoas@uol.com.br

3 Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus de Teófilo Otoni, Teófilo Otoni, MG – rogeriof_macedo@yahoo.com.br

Resumo

A cooperação é uma das possibilidades de organização do trabalho humano, em que muitas pessoas exercem suas atividades juntas. Vários modos de produção utilizam da cooperação como modo de organização do trabalho. E devido aos diferentes interesses que permeiam as relações de produção, as quais se expressam sob o antagonismo de classes. Estas de tempos em tempos, entram em combate direto, como ocorreu em 1840, com expulsão em massa dos trabalhadores de seus postos de emprego, gerando reações contrárias por parte da classe trabalhadora, dentre outros, a criação de cooperativas no século XVIII. Na década de 1980, houve uma reatualização desse movimento, sob a forma da economia solidária. É neste momento que surge uma experiência autogestionária local, a Associação Aprender a Produzir Junto (APJ), na cidade de Teófilo Otoni, MG, com o intuito de fazer frente ao desemprego que crescia na cidade. Ela foi objeto de estudo da pesquisa intitulada, “O estudo entre a relação da Associação Aprender a Produzir Junto e as políticas públicas”, sob o apoio da instituição UFVJM e CNPq/PIBIC. Alguns dos dados coletados foram expostos neste artigo, o qual serve para discutir o movimento de economia solidária, e as relações existentes dentro desse tipo de experiência.

Palavras-chave: Cooperativismo; Economia Solidária; Relações de Trabalho.

1 Introdução

Desde os primórdios da humanidade o homem para sobreviver necessita desenvolver suas capacidades, as quais o auxiliou na construção de meios para satisfazer suas necessidades materiais e imateriais. O homem necessita do outro para reproduzir-se enquanto sujeito histórico. Ao longo do seu desenvolvimento, este sujeito elevou a muitos estágios sua capacidade de projetar e objetivar, tendo como base para tanto o trabalho, como explica Lukács (LUKÁCS, 1981 *apud* LARA, 2008).

Das formas mais primitivas de produção como o artesanato, passando por épocas de grande importância no desenvolvimento de novas técnicas de produção como a idade média, até



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

chegar ao ápice da grande indústria, século XVIII, bem como de suas reformulações por meio da reestruturação produtiva até chegar às formas mais complexas de produção, a classe proprietária dos meios de produção se favoreceu da mais-valia extraída dos trabalhadores, e estes, cada vez mais expropriados, ficaram a mercê das necessidades da produção capitalista.

Quando havia necessidade de um grande contingente de trabalhadores para dar sustentação à produção expansiva de mercadorias, estes foram requisitados, mas, com o advento da revolução industrial, século XIX, e a introdução de novas tecnologias, houve gradativamente uma substituição da força de trabalho essencialmente humana, pelas máquinas, as quais realizavam o trabalho de forma mais rápida e mais barata que o proletariado.

Juntamente com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de troca, houve uma expulsão em massa de trabalhadores de suas terras, provocada pela lei de cercamento de terra comuns do Estado Inglês, impulsionando os trabalhadores a se vincular aos trabalhos informais, autônomos, precarizados, no entanto, com o avanço desse desenvolvimento - que trouxe benefícios e malefícios às classes sociais, principalmente malefícios a classe operária - começa a haver uma união da classe operária em defesa de melhores condições de vida.

No final do século XVIII, os trabalhadores fabris encontraram nas máquinas seu aparente maior inimigo, o que culminou no movimento ludista¹, contrário à inserção de máquinas nas fábricas¹. Desta feita, surgiram novos métodos de luta, baseados na organização sindical e, para o interesse desta pesquisa, na construção de cooperativas.

Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar às reivindicações grevistas por melhores condições de trabalho, faziam do movimento da greve uma maneira de se libertar do assalariamento, dando lugar à autogestão (SINGER, 2003, p. 29).

Passa então, a existir uma nova forma de organização da produção e de organização da classe trabalhadora, são elas: as cooperativas e os sindicatos. Com a criação do movimento cooperativista sob as bases de vários teóricos, os trabalhadores passaram a vislumbrar um novo instrumento de luta contra sua exploração e expropriação. O movimento cooperativista se expandiu por diversos países.

O movimento de criação de cooperativas, ou cooperativismo, é um movimento que teve seu início no século XVIII, na Inglaterra, com idéias disseminadas principalmente pelo teórico Robert Owen. O qual surge envolto de características próprias para fazer frente à problemática das elevadas taxas de desemprego, propulsionadas pela busca ampliada de valor, característica do modo de produção capitalista, que vem desde seu surgimento alterando todo o panorama das relações sociais. Esse movimento se expandiu por diversos países, ocorrendo experiências na França sobre as idéias de Charles Fourier (1772-1837), Luis Blanc, dentre outros.

A experiência mais significativa do início deste movimento foi a criação da Rochdale Society of Equitable, em 1844, cooperativa inglesa criada por um grupo de trabalhadores que tentavam fazer frente ao desemprego e a luta por melhores condições de vida. Ela atuava no

1- Embora a inserção de novas tecnologias no processo produtivo tenha trago prejuízos à classe trabalhadora, ela também trouxe benefícios, já que pôde facilitar a realização do trabalho. A tecnologia em si não é um problema e sim o uso que se faz dela.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

âmbito da produção e do consumo, mas também com propostas no campo da moral, as quais serviriam como orientação para aqueles que se ingressavam ao movimento.

Ela atuava no âmbito da produção e do consumo, mas também com propostas no campo da moral, as quais serviriam como orientação para aqueles que se ingressavam ao movimento.

Partindo da experiência européia para a nacional, no Brasil, este é um movimento antigo, com ênfase no setor agrícola. Mas que na última década vêm ampliando a criação de cooperativas dos diversos segmentos, o qual tem recebido respaldo do Estado, por meio do movimento de economia solidária.

2 Economia solidária

Com a década de 1980, conhecidamente como a década perdida, devido às crises econômicas, falências e desemprego em massa, que alguns trabalhadores usaram a oportunamente desse momento para ousar no rumo da recuperação de fábricas, atentando para um modo de organização do trabalho em que eles estavam à frente da direção e gestão das fábricas.

Na década seguinte, em 1990, devido às transformações no mundo do trabalho, associadas à reestruturação produtiva, é que o cooperativismo se expressa com maior força, por meio de um movimento chamado economia solidária. Trata-se de um resgate realizado por parte da sociedade civil dos princípios cooperativistas rochelianos, que emergem em resposta às crises econômicas, como alternativas ao desemprego, ao crescimento do trabalho informal, entre outras. Esses atores sociais vêm na economia solidária uma estratégia de sobrevivência e alívio para a chamada exclusão social pela qual sofrem.

Segundo o Ministério do trabalho e emprego (2011, s/p.), o movimento da economia solidária no Brasil a partir dos anos de 1990 teve uma crescente expansão, segundo o sistema nacional de informações de economia solidária, até 1979 existiam 393 organismos de economia solidária, em 1989 já havia 1168, em 1999 o número cresceu para 10660, e em 2007 o número é de 11828 (MTE, 2011, s/p).

No entanto uma expansão não significa necessariamente melhorias na condição de vida dos trabalhadores, há que se observar outros aspectos. E esse é um dos movimentos que a pesquisa se propôs a realizar, ou seja, conhecer os impactos sociais gerados pela criação das cooperativas. E para isso foi necessário um levantamento bibliográfico sobre o movimento na sua origem e sua reatualização na forma de economia solidária, sua trajetória, bem como os agentes de apoio e fomento como o Estado.

O movimento de economia solidária desde 2003 vem recebendo respaldo do Estado, por meio da instituição de uma secretaria nacional de economia solidária (SENAES)², no âmbito do ministério do trabalho e emprego, essa secretaria desenvolve ações que incitam o desenvolvimento de empreendimentos solidários. Entendido como:

O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. [...] Em relação a elas

² A secretaria nacional de economia solidaria é fruto de mobilizações sociais de sujeitos que participam e apóiam o movimento de economia solidária, composto por uma série de segmentos da sociedade civil, tanto do âmbito nacional quanto internacional.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

destacam-se quatro características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade (MTE/SENAES, 2011).

Segundo o site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2011)³, toda a organização institucional foi amplamente discutida previamente pelos grupos de trabalhos em seminários, plenárias e fóruns, principalmente o Fórum Social Mundial. A partir disso, buscou-se propor formas para a organização da economia solidária e para o estreitamento do vínculo dela com os incentivos governamentais.

Ainda de acordo com o referido fórum (FBES, 2011), em 2002, o Grupo de Trabalho Brasileiro elaborou uma carta, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e ainda reivindicava a necessidade de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Este documento foi endereçado ao presidente da república, recém eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda segundo o (FBES, 2011), depois de discutida, criou-se definitivamente em junho de 2003 o já mencionado Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o qual conta com três eixos dentro da Economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.

De acordo com site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2011), em 2004, foi implementado o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que passa a contar com orçamento próprio após a criação do Plano Pluri-Anual do Governo Federal 2004-2007. Assim, “[...] o fórum passou a ter o papel de interlocutor com a SENAES, no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária [...]” (MTE, 2011). Segundo o MTE (2011), “[...] o objetivo principal do programa é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”. (MTE, 2011, s/p).

Após criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, era necessário que esta estivesse sob a direção de alguém que comungasse das propostas do movimento de economia solidária, e assim foi convocado para assumir a pasta de secretário, o estudioso do campo da economia solidária, Paul Singer. Segundo ele:

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária (SINGER, 2010, p. 01)

Segundo o MTE (2011), “[...] a SENAES trabalha por meio de ações diretas ou por cooperação e convênios com órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária”. (MTE, 2011, s/p).

Segundo o (MTE, 2011, s/p), a SENAES trabalha por meio de diversas ações, com o intuito de fomentar os diversos organismos da economia solidária, sejam eles para que os estes tenham acesso a crédito, e possam desenvolver a produção, ou para que ganhem maior visibilidade dentro do mercado ou dentro do próprio movimento, ou no que tange ao

³ Para maiores detalhes sobre este assunto, veja o site www.fb.es.org.br.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

consumo, consigam escoar a produção por meio de feiras solidárias, ou ainda tenham a possibilidade de disseminar seus princípios entre a sociedade ou reafirmá-los entre o movimento, dentre as ações, podemos destacar as seguintes:

Banco do povo, centros populares de comercialização e projetos de capacitação, segundo ainda o FBES (s/d), “neste processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho), promover fóruns, conferências estaduais, com a designação de delegados de diversas regiões do Estado para integrarem suas discussões a debates mais amplos nas conferências nacionais (FBES, 2011, s/p.).

Tal incentivo do Estado levou a um aumento no número de programas de economia solidária. Um deles, realizado por meio da SENAES em conjunto com o FBES, é o mapeamento da economia solidária no Brasil, lançando mão do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Tal mapeamento visa:

Constituir uma base de informações em ES, darem-lhe maior visibilidade, fortalecer e integrar os empreendimentos solidários, subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de economia solidária, e os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária (MTE, 2011, s/p.).

3 Associação Aprender a Produzir Juntos – uma experiência no vale do rio Mucuri, em Minas Gerais

Após constatar a existência de empreendimentos cooperativos com a finalidade de geração de emprego e distribuição de renda, almejando o bem estar coletivo, é preciso conhecer sua gênese, estrutura e apoio financeiro, seja público ou não. Neste sentido, esta pesquisa se debruça sobre a experiência da Associação Aprender a Produzir Juntos - APJ, criada em 1984 com o intuito de responder ao crescente desemprego e falta de perspectiva dos moradores da cidade de Teófilo Otoni, em Minas Gerais. Desde sua formação, ela atua basicamente no fomento ao cooperativismo, associativismo e na educação preventiva, com vistas ao resgate da cidadania.

Inicialmente, a associação foi propulsora da criação de setores autogestionários, por meio do apoio público e fomento de diversos grupos solidários, os quais fazem parte da expansão do movimento de economia solidária. Sendo assim, estudar a relação entre a APJ e as políticas públicas que dão suporte a estes organismos é importante para entender de fato qual a verdadeira intenção do envolvimento do Estado nesta relação, bem como saber se o seu apoio trás mudanças efetivas aos envolvidos neste processo.

A APJ foi fundada como uma associação de cunho cristão, formada por pessoas com ideais de transformar o mundo a sua volta. Sua trajetória teve início com o padre Lisa Giovanni Battisti, conhecido localmente como padre Giovanni. Em audiência concedida para esta pesquisa (2010), ele revelou que pretendia promover uma transformação da comunidade - atual localidade da APJ - gerando profissionais para o mercado de trabalho, resgatando a cidadania desses sujeitos, bem como a dignidade do povo sofrido.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

A comunidade era constituída pela Vila Verônica e o bairro Teófilo Rocha, todos do entorno da APJ. É preciso registrar que sua fundação se deu em meio à transição da ditadura para a democracia, momento de grande mobilização das comunidades eclesiais de base e a organização dos trabalhadores em sindicatos e associações em variados campos.

Essa conjuntura suscitou discussões entre a comunidade anteriormente referida e o padre, a cerca dos problemas vivenciados pela população local, tal como a falta de perspectiva de emprego. Em face desta realidade, o padre Giovanni vislumbrou na criação de uma escola profissionalizante autogestionária uma das possíveis soluções para este drama.

No entanto, convictos de que apenas aprender uma profissão não resolveria o problema, devido à falta de espaço no mercado de trabalho, optou-se por criar uma escola que, com o tempo, estruturar-se-ia como uma cooperativa abrigando os jovens naquele mesmo espaço, mas na condição de cooperados. Nasce neste momento o nome da associação: Aprender a Produzir Juntos - APJ: “uma escola onde todos seriam alunos e mestres uns dos outros, trabalhando para alcançar o bem estar integral do ser humano, tendo como missão o resgate da cidadania da classe trabalhadora” (Battisti, 2009).

Desde o seu início, a APJ contou com parcerias fundamentais como a igreja local, a diocese de Alba e Torino, na Itália, a Conferência Episcopal Italiana (CEI), e tantos outros organismos internacionais. Não obstante a solidariedade internacional, também colaborou com a APJ o poder público municipal e estadual.

A associação APJ desde sua formação atua basicamente no fomento ao cooperativismo, associativismo, na educação preventiva com vistas ao resgate da cidadania e na atuação dos conselhos municipais, pretendendo que haja uma efetiva participação dos trabalhadores nas políticas públicas. De forma mais sistemática, ela atua em três eixos: o pedagógico, o produtivo e o de militância, que conclama os cooperados a participarem ativamente da vida social comunitária. No que tange o seu eixo produtivo, a APJ em seu início atuava como gestora de cinco grupos produtivos de forma a serem autogestionários – uma confecção, uma marcenaria, uma serralheria, uma padaria, e um centro automotivo.

Os eixos tratados na criação da associação tentam unir o desenvolvimento econômico, através da criação de cooperativas, mas sem somente pensar no aspecto econômico da vulnerabilidade social existente dos sujeitos, mas também na formação humana e na participação política que todo sujeito deveria partilhar.

Esta é uma visão diferente das primeiras cooperativas criadas no fim do século XVIII, as quais davam grande importância à criação de setores de produção, além de algumas que estendiam essa preocupação ao consumo, no entanto, não se preocupavam em manter os sujeitos ativos politicamente, o que poderia ocorrer principalmente devido à separação que existia entre os trabalhadores que se ocupavam das greves, dos intelectuais que teorizam os por menores do momento vivenciado pelas massas, mas esse aspecto que vem se modificando atrás da união dos movimentos sociais, em especial a partir dos anos 1960.

No que se refere aos aspectos pedagógicos, a APJ criou para tanto a “casa do adolescente”, como um espaço de socialização, acompanhamento e aprendizado para crianças que pertencessem à faixa etária de 11 a 17 anos, este era um espaço de socialização, acompanhamento escolar e familiar dos adolescentes, bem como um espaço de aprendizado profissional em oficinas pedagógicas. Este era um projeto da APJ em parceria com o estado,



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

criada em 1986, chegando a atender mais de 600 adolescentes, no entanto desde 2009 a casa do adolescente foi extinta, quando o estado rompeu a parceria, prejudicando imensamente a comunidade.

Visando principalmente a autonomia dos trabalhadores dos eixos produtivos, a partir do ano de 2002, criou-se a Cooperativa de Produtos e Serviços Solidários dos Vales (COOPSVALE), a qual ficou responsável pelos seis setores de serviços: marcenaria, padaria, centro automotivo, confecção, capotaria e fazenda Intamunheque. Este, para registro, localiza-se a aproximadamente 15 km de Teófilo Otoni. Além destes, existem três setores em fase de implementação. São eles, a bijuteria, a joalheria e a serralheria. Sabe-se também que já existiu um setor de assessoria, a que neste momento está desativado. A APJ passa então ao papel de fomentadora desta cooperativa, bem como de outros empreendimentos solidários da região, atuando como uma importante interlocutora dentro do fórum de economia solidária, bem como membro do movimento de economia solidária.

A primeira fase da cooperativa COOPSVALE se deu entre 2002 e 2005, momento em que ela se constituiu de fato e de direito. Embora haja seu estatuto jurídico, ela não esteve isenta de problemas de gestão. Em agosto de 2005, houve um afastamento de todos os cooperados e, a partir de outubro de 2005, houve o movimento para o retorno do funcionamento da cooperativa, tal como antes.

Retornados os cooperados em janeiro de 2006, a cooperativa retomou suas atividades, inicialmente dedicadas à padaria, à marcenaria, à confecção e, em dezembro de 2006, ao centro automotivo. Todos estes funcionaram até outubro de 2008, quando houve um novo afastamento de todos os cooperados, retornando à normalidade somente em abril de 2010. Em todo esse período, houve a adesão e afastamento de muitos cooperados. Atualmente, a cooperativa possui 27 pessoas. Os motivos dos afastamentos são diversos, dentro os quais se podem citar: falta de estímulo, melhores oportunidades de trabalho, dificuldades de manter o setor em funcionamento pleno, devido a falta de demanda, concorrência.

Nas duas primeiras fases de funcionamento da cooperativa, nem todos os trabalhadores eram cooperados, sendo alguns contratados pelos setores. Somente na terceira fase, em 2010, que quase a totalidade de trabalhadores passou à condição de cooperados. Isto se justifica porque o associativismo na cooperativa não se dá de forma imediata, passando o trabalhador por um período de experiência, para que ele conheça a cooperativa e esteja certo da decisão de se associar.

Quanto a outros aspectos internos da cooperativa COOPSVALE podemos destacar as seguintes informações: os instrumentos de trabalho são coletivos quanto ao uso, mas a propriedade é da APJ, que tem um contrato de comodato para com a cooperativa; a divisão de trabalho acontece de acordo com a capacidade que o trabalhador tem de desempenhar uma determinada função e os preços estabelecidos pelo produto ou serviço seguem os valores de mercado.

No que diz respeito à jornada de trabalho, esta varia de 8 a 10 horas por dia. Embora uns trabalhem mais, outros menos, os ganhos são divididos pró-rata, ou seja, após cobrir os gastos, são rateados. Importa registrar que eles não são distribuídos igualmente, variando de acordo com a função exercida. A média dos ganhos salariais varia de um a dois salários mínimos.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Todos os setores elaboraram um planejamento estratégico, que incluem várias metas de curto e longo prazo, a serem cumpridas. Hierarquicamente, a COOPSVALE possui um conselho gestor que se encarrega especificamente dos interesses mais gerais da cooperativa, do qual fazem parte um diretor presidente, dois diretores administrativos e um diretor financeiro, todos com mandatos de quatro anos e meio, eleitos em assembléias. Cada setor fica sob a responsabilidade de um gestor.

Existem também os Conselhos administrativos (CAs), nesses conselhos são realizadas reuniões mensais, contando com a participação dos gestores de todos os setores, para discutirem questões cotidianas. Os CAs são compostos por dois representantes de cada setor, sendo um o gestor e o outro um cooperado, o que também pode variar de acordo com o número total de integrantes de cada setor. Existe também uma Coordenação de Segmentos (CS), que atua enquanto fomentadora do associativismo através da realização de encontros, também, mensais entre os gerentes setoriais, juntamente com os integrantes da APJ.

A reintegração dos setores que formam a COOPSVALE é algo novo, se dando em 2008 e por isso, ainda enfrenta certas dificuldades. Uma delas é o desafio de se desvincular efetivamente da idéia de ser parte integrante da associação APJ, como era no início de sua criação. Precisamente por tais fatos, ela pode ser entendida como uma cooperativa que ainda não tem identidade própria.

Alguns dos motivos que levaram a escolha das referidas instituições para se tornarem objeto de estudo - que tem também o intuito de aprofundar o conhecimento sobre experiências autogestionárias - é porque dentre as demais cooperativas do município de Teófilo Otoni, a COOPSVALE foi a que mais demonstrou preocupação com os verdadeiros princípios do cooperativismo, e a APJ é fomentadora da economia solidária, e vem recebendo respaldo do Estado para realização de determinados empreendimentos solidários, os quais têm auxiliado vários trabalhadores.

A pesquisa proposta entende que o Estado deve estar presente neste movimento enquanto agente multiplicador, como instrumento de fortalecimento da democracia, e justiça social, através de instrumentais como as políticas públicas, que contenham ações que favoreçam o desenvolvimento das cooperativas.

Considera-se por isso que uma relação adequada entre as políticas públicas e as cooperativas aumentaria a possibilidade da realização a contento dos objetivos pretendidos por eles, dentre os quais, o resgate da cidadania da classe trabalhadora promovendo a solidariedade humana em seus múltiplos aspectos, tal como rezam os objetivos iniciais da APJ.

4 Resultados e Discussão

Alguns dos motivos que levaram a escolha das referidas instituições para se tornarem objeto de estudo - que tem o intuito de aprofundar o conhecimento sobre experiências autogestionárias - é porque dentre as demais cooperativas do município de Teófilo Otoni, a COOPSVALE foi a que mais demonstrou preocupação com os verdadeiros princípios do cooperativismo, e a APJ, por ser fomentadora da economia solidária, e vem recebendo respaldo do Estado para realização de determinadas ações, sobre alguns empreendimentos solidários, os quais têm auxiliado vários trabalhadores, dentre eles a COOPSVALE.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Para alcançar os dados que se seguem a pesquisa se apoiaram em um estudo de caso das referidas instituições, APJ e COOPSVALE, com o intuito de conhecer as relações existentes no que tange as questões trabalhistas, históricas, suas reais vinculações com modelo cooperativista e as relações existentes entre esta e as políticas públicas, sem pretensão de fazer qualquer intervenção sobre as mesmas. Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos: revisão bibliográfica, fichamentos, análise documental, entrevistas, questionário.

A pesquisa consistiu no levantamento de bibliografias, leituras de textos sobre a temática, levantamento e sistematização de dados, tendo como universo de pesquisa uma média de 20 trabalhadores cooperados da COOPSVALE e da APJ. A pesquisa pretendeu fazer uma análise quali-quantitativa, para análise dos dados mensuráveis foi realizada uma análise quantitativa e de forma qualitativa sobre aqueles cuja complexidade e particularidade necessitavam de uma análise mais profunda.

O intuito da revisão bibliográfica foi alcançar uma base teórica para entender melhor o tema e dar suporte para compreender e dar respostas aos questionamentos que seriam suscitados durante a pesquisa. Já as entrevistas, a análise de alguns documentos da cooperativa, como: atas, estatutos e planejamento estratégico, serviram para fazer um levantamento histórico das referidas instituições. E a aplicação do questionário serviu para conhecer um pouco dos trabalhadores, as relações de trabalho existentes, bem como, possibilitar desvelar a existência ou não de convergência entre as afirmações feitas pelos gestores anteriormente relatadas nas entrevistas.

Acreditamos que com a aplicação dos questionários podemos conhecer melhor a visão com que cada cooperado percebe a organização da cooperativa e seu respectivo setor de trabalho, bem como as relações de trabalho existente e ainda quais seriam os benefícios tragos pela cooperativa a sua vida.

Após aplicação, os questionários passaram primeiramente por um processo de tabulação para obter quantitativamente os dados, e depois por um processo de análise qualitativa dos mesmos. Já por meio da realização das entrevistas pôde-se compreender melhor a estrutura organizacional da cooperativa, as relações de trabalhos, as particularidades de cada setor, a articulação existente entre a COOPSVALE e a APJ, bem como a articulação existente entre essas duas organizações e o estado via políticas públicas, e ainda o impacto que a implementação delas trouxe para a comunidade onde estão situadas.

A pesquisa identificou⁴ por meio dos questionários aplicados que cerca de 80% dos trabalhadores cooperados consideram que foi fácil se associar. A associação acontece da seguinte forma: geralmente o trabalhador é indicado e passa por um período de experiência, enquanto isso ele recebe um salário fixo. Aos poucos ele vai aprendendo o que é uma

⁴ - É importante ressaltar que embora a COOPSVALE tenha se instituído há poucos anos, os seus setores de produção e serviços existem desde a criação da APJ, década de 1980, sendo assim as pessoas que iniciaram o seu processo de construção, já não trabalham mais nestes setores, e os trabalhadores atuais, têm o conhecimento de como se deu este processo, por meio de terceiros, ou seja, não participaram da história de construção dos setores, sendo assim, embora existam muitas respostas que nos direcionam a um entendimento do que é atualmente a COOPSVALE, isto não significa que suas relações sempre se deram dessa forma, ou que elas se darão sempre assim, posto que a realidade é dinâmica e mutável.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

cooperativa, algumas explicações sobre o cooperativismo, os prós e contras de se associar e então ele escolhe se quer ser um cooperado ou se quer se desligar do setor. O trabalhador ao se associar deve aportar um valor de um salário mínimo, uma espécie de quota-parte, para que ele vire sócio da cooperativa, que pode ser pago de forma parcelada. Quando o cooperado se desliga da cooperativa, ele é ressarcido.

Os cooperados assim que começam a trabalhar nos setores realizam um treinamento, geralmente com os próprios trabalhadores. Dentre os cooperados, cerca de 78% acreditam que conseguem passar seu conhecimento de trabalho para o colega. A realização de treinamentos ou módulos de capacitação não é feita de forma regular, devido aos elevados custos, e pelo fato da cooperativa ainda não ter conseguido instituir um fundo reserva necessária para estes investimentos.

Ao analisar a relação existente entre os cooperados e os gestores de seus setores, percebemos que apesar de 70% dos cooperados afirmarem que o gerente do seu setor é um bom profissional, a mesma porcentagem acredita que sua relação com os trabalhadores poderia ser melhor. Cerca de 50% afirmaram que o gestor de seu setor recebe bem as sugestões, em contrapartida a este dado. No que diz respeito à satisfação do cooperado com o gerente neste quesito, aproximadamente os outros 50% que responderam quase sempre ou raramente estão satisfeitos.

Verificando esses valores existe a seguinte dúvida: o que os trabalhadores estão considerando com ser um bom profissional? No que diz respeito à abertura, por parte da cooperativa, ao diálogo com os cooperados, somente 40% acreditam que este exista. Em relação à aceitação por parte dos cooperados de receber sugestões dentro da cooperativa, 80% afirmaram conseguir ter uma boa aceitação. Já no que se refere à importância de contribuir para o desenvolvimento da cooperativa, 80% acha relevante sua contribuição e aproximadamente 80% trabalham buscando obter os melhores resultados do que os esperados.

Cerca de 80% consideram que existe um bom relacionamento entre os trabalhadores de seus respectivos setores, mas, no que se refere ao relacionamento entre os trabalhadores dos demais setores, somente 50% crêem compartilhar um bom relacionamento. E com relação ao relacionamento entre os trabalhadores da COOPVALE e da APJ, apenas 40% consideram que existe um bom relacionamento.

Com isso, pode-se pensar que há um distanciamento entre os trabalhadores dentro da própria cooperativa, ou seja, os trabalhadores dos setores raramente se envolvem. Uma das poucas formas para possibilitar esse envolvimento são as reuniões promovidas pela APJ, com o intuito de problematizar discussões acerca do cooperativismo e outras questões que acreditam ser importantes. No entanto, essas reuniões ocorrem somente uma vez ao mês. Pelo que se pode constatar é necessário promover mais espaços que possibilitem uma maior discussão entre os cooperados, para que, assim, possam refletir sobre possíveis ações que potencialmente viabilizem o enfrentamento das problemáticas vivenciadas dentro de seu campo de trabalho.

Levantou-se também que 67% dos cooperados já deixaram de executar algum serviço porque as condições de trabalho existentes dentro de seus setores não lhes permitiram. Aproximadamente 60% acreditam que conseguem em seu setor produzir um bom produto/serviço; porém, cerca de 90% afirmaram que seu setor necessita de mais



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

investimentos. Em contraposição, apenas 30% está satisfeito com a função de trabalho que desempenham em seus setores.

De acordo com estes dados, pode-se analisar que apesar da grande maioria dos trabalhadores estarem satisfeitos com o espaço de trabalho, e sua situação enquanto um associado, somente uma pequena parte se diz satisfeito com a função que desempenham. Ou seja, apesar de gostarem do ambiente de trabalho, eles estão insatisfeitos no que tange alguns aspectos das relações de trabalho.

Aproximadamente 40% dos cooperados sentem que possuem uma estabilidade dentro da cooperativa, provavelmente esta segurança se dá pela inexistência da figura de patrão, que geralmente angustia qualquer trabalhador, principalmente por causa da possibilidade de ser demitido. No entanto, os outros 50% (vale ressaltar que dentre os cooperados cerca de 10% optaram por não responder esta questão) não se consideram em situação instável. Isso porque a cooperativa tem muitas dificuldades frente ao mercado, evidenciadas pelas diversas vezes em que ela “fechou as portas” de setores, tais como o centro automotivo, a serralheria, a joalheria, a confecção, a bijuteria. Ressalta-se que de todos os únicos que nunca fecharam foram a padaria e marcenaria, mantidos pela demanda sempre existente.

Questionados sobre o que fazer caso recebessem uma proposta melhor de trabalho, 70% considerou a hipótese de comparar os dois trabalhos e aceitar o que lhe oferecesse a melhor proposta, mesmo que a proposta viesse de uma empresa que não tivesse relações de cooperativismo. Ou seja, o que faz com que os cooperados permaneçam na cooperativa não é os ideais cooperativistas e sim a necessidade de se ter um emprego e de preferência um que seja mais bem remunerado, análise que de fato foi constatada em relatos dos gestores e cooperados. No que diz respeito aos repasses dos ganhos, aproximadamente 60% dos cooperados discordam dos critérios utilizados pela cooperativa. Quanto a um sentimento de realização, 56% dos cooperados se consideram realizados profissionalmente.

Também foram feitas algumas questões sobre a vida pessoal, para conhecer um pouco mais da condição de vida e das aspirações dos trabalhadores. A primeira questão foi sobre sua convivência com outras pessoas: para 50% o convívio é ótimo, 40% acham bom e 10% razoável. Eles também consideram que o tempo livre após o trabalho é pouco. Cerca de 70% acham que a APJ trouxe benefícios a comunidade em que esta inserida e 50% acha que a cooperativa trouxe benefícios a vida deles.

No que se refere à história destas organizações, aproximadamente 50% conhecem de fato a história da APJ e somente 20% a da COOPSVALE. Ainda nota-se que 50% conhecem o criador destas instituições, o Padre Giovanni. Pode-se perceber através das respostas colhidas que os trabalhadores não têm clareza teórica se estão ou não verdadeiramente satisfeitos com o trabalho que desempenham, pois há respostas que divergem quanto ao assunto.

Para melhor entender a história desses organismos, além da aplicação dos questionários, foi realizada um total de oito entrevistas, sendo cinco feitas entre os gestores de cada setor da COOPSVALE (marcenaria, centro automotivo, padaria, confecção, capotaria), e três entre os membros da APJ, e uma entre os participantes de um grupo de professores da UFVJM, que se propuseram a fazer um diagnóstico da COOPSVALE.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Através das entrevistas podemos elencar algumas ações que integram o plano de ação da APJ enquanto fomentadora via políticas públicas. Já que a pesquisa considerou que uma relação adequada entre as políticas públicas e as cooperativas aumentariam a possibilidade da realização a contento dos objetivos pretendidos por eles, dentre os quais, o resgate da cidadania da classe trabalhadora promovendo a solidariedade humana em seus múltiplos aspectos, os quais são objetivos pretendidos pelas instituições pesquisadas, sendo esta a hipótese levantada pela pesquisa, sendo assim, para a sua solução, foi necessário compreender a relação existente entre as referidas instituições com o Estado, bem como entre si.

A APJ enquanto fomentadora de empreendimentos solidários faz parte dos organismos que integram o movimento de economia solidária do país, bem como integra em suas atividades ações que ganham respaldo do Estado, a nível municipal, a APJ apóia comercialização, promovendo feiras de produtos produzidos pelos empreendimentos locais e regionais, entre eles produtos que são feitos na COOPSVALE. A APJ gere um fundo de finanças, as quais são provenientes do Banco do Nordeste e destinadas à realização de empréstimos aos trabalhadores solidários, para que eles iniciem, resgatem ou ampliem seus negócios solidários.

Outra ação de fomento são os cursos de capacitação, dos quais alguns a APJ é participante enquanto aprendiz, e outros que ela mesma promove para auxiliar no desenvolvimento de outros organismos. No entanto faltam cursos e incentivos para realização cursos de capacitação para os trabalhadores cooperados se atualizarem e melhor a qualidade do serviço.

Nos demais setores tais como a Bijuteria e a Joalheria, não foram aplicados questionários, pois estes são setores que estão em processo de reabertura, estando ainda num momento de ensino e aprendizagem dos trabalhadores, havendo apenas conversas informais como os futuros gestores, para entender a situação atual e futura dos setores. Podemos perceber que principalmente nestes setores existe a relação de sua criação com políticas públicas destinadas ao desenvolvimento de jovens. A maioria dos futuros cooperados são jovens que participaram do programa pro jovem⁵, instituído pelo governo federal afim de “fortalecer vínculos familiares e sociais” (MDS.gov.br, s/d).

5 Conclusões

A criação de cooperativas se deu pela necessidade de respostas à crise do trabalho, que teve início a partir da reestruturação produtiva, a qual forcejou a criação de novas formas de trabalho, sendo a cooperativa uma delas. Embora sua criação tenha se dado em um momento de crise - e sem a mínima intenção de fazer aqui a apologia à falsa idéia burguesa de pensar a crise como possibilidade de crescimento - essa nova organização do trabalho criou possibilidades para que os trabalhadores vislumbassem a existência de outras formas de trabalho, as quais podem ser “controladas” por eles próprios.

⁵ - Segundo o site do ministério do desenvolvimento social “O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Isso é feito por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Embora esse controle não ultrapasse a esfera da propriedade dos meios de produção, visto que esta fica a mercê das instabilidades do mercado, seja na esfera da própria produção, devido à necessidade de cumprir metas de produtividade, ou na esfera do consumo, em que a posição dos trabalhadores cooperados nada interfere no posicionamento da forma de produzir das outras esferas da sociedade, daí qual o cooperado certamente necessitará, posto que este não conseguisse viver isolado em uma redoma. Não aparentando ser para os trabalhadores a salvação das formas de exploração e expropriação já vivenciadas por eles.

Todavia, ela aparenta ser necessária, já que houve uma expansão significativa do movimento de economia solidária no Brasil, de 1979 a 2007 houve um aumento de 11435 organismos de economia solidária, o que necessariamente não significa melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, muito menos um reordenamento das relações sociais.

A partir da década de 1980 houve a institucionalização do movimento de economia solidária, iniciado e amplamente difundido pelos trabalhadores e por demais movimentos sociais, os quais pressionaram o Estado a arcar com a responsabilidade de criar ações que apóiem as cooperativas e os demais organismos da economia solidária.

A expansão desse movimento teve um apoio significativo no governo Lula, podendo ser visto na criação da secretaria nacional de economia solidária (SENAES), dentro do ministério do trabalho e emprego, para o fortalecimento do movimento de economia solidária, sendo instituída para dar apoio e fomento aos organismos da economia solidária, a qual atualmente aparenta ser mais um elemento de reforma do que algo para mudanças efetivas na vida da classe trabalhadora.

Podemos destacar alguns dos benefícios resultados pela criação da APJ e da COOPSVALE, as quais tiveram grande importância e impacto para a comunidade onde está situada, bem como para a cidade de Teófilo Otoni e para o movimento de economia solidária. Os produtos e serviços criados pela COOPSVALE beneficiam a comunidade e a cidade, embora considerem que necessitem de investimentos de orientação, os setores tem trabalhadores empenhados em desenvolver um bom trabalho, se sentem bem no ambiente de trabalho, e com os demais trabalhadores, consideram importante a discussão dos objetivos e das ações cotidianas que permeiam o trabalho que seu setor exerce.

A maior dificuldade encontrada, a qual possivelmente faria muitos dos trabalhadores deixarem de serem cooperados é a remuneração, os ganhos de seu trabalho às vezes superam possíveis ideais, a sobrevivência do corpo facilmente transcenderia a sobrevivência do espírito, faltando à incidência de políticas de incentivo para melhorar as condições de trabalho e produção.

A APJ auxilia vários empreendimentos solidários na região por meio de orientação, capacitação, realização de feiras de comercialização, empréstimos, criação de projetos sociais, a nível municipal, é ainda um instrumento de mobilização e troca de informações, pois participa do fórum de economia solidária, a nível regional e estadual preocupa-se não apenas com geração de renda, mas com a formação humana integral do ser humano.

Podemos contatar por meio dos dados deste estudo, que embora existam sujeitos que tentam promover ideais de igualdade, solidariedade, totalidade e emancipação, alguns sujeitos ainda



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

não reconhecem o valor destes preceitos, vivenciando um processo de alienação⁶ – pois não percebem o trabalho enquanto parte constituinte de sua vida e sim como mais um dos elementos que a compõe, isso pode ser visto quando os trabalhadores respondem sobre sua satisfação quanto a sua realização profissional/pessoal, distinguindo-os, ao em vez de integrá-los.

Mas como o trabalho é tido como parte do dia do sujeito pela sociedade como mera parte e não como parte constituinte de seu ser, e como essa sociedade é pautada por valores como individualismo, competitividade, e uma solidariedade falsiada, é plausível de compreensão que exista essa duplicidade num mesmo espaço, mesmo que o espaço tenha em sua gênese princípios diferenciados, ímpares, que se propõe a integrar sujeito e trabalho.

5 Referências Bibliográficas

ENTREVISTA COM PADRE GEOVANNI. Teófilo Otoni, Minas Gerais, 26 de Agosto, 2010.

FBE. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/index.php>>. Acesso em: 3 de julho de 2011.

LARA, R. A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LEI 15028 2004/MG de 19/01/2004. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais - PEFEPS.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. Volume I. 26a Ed. (1867 – 1ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MTE. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_objetivos.asp> Acesso em: 3 de julho de 2011

SINGER. P. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br>> Acesso em: 20 de outubro de 2010, p. 1.

SINGER. P. *Introdução à economia solidária*. 1a Ed. (1867 – 1ª ed.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

YIN, ROBERTO K. *Estudo de caso: planejamento e métodos/Robert K. Yin*; trad.Daniel Grassi. 2a Ed. Porto Alegre: Brokman, 2001.

⁶ -Para mais esclarecimentos ver MARX, K. *Manuscritos Econômicos - Filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1993.